



## 1. INTRODUÇÃO

A AFLOBEI, reconhecendo os valores dos recursos presentes nas áreas dos seus associados, e a importância de demonstrar a boa gestão florestal a um mercado de produtos florestais e a uma sociedade cada vez mais exigentes, decidiu promover o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão Florestal CERTIBEI (SGF) em conformidade com os requisitos dos esquemas de certificação florestal FSC e PEFC para grupos.

O SGF CERTIBEI é composto pelo conjunto da estrutura organizacional, responsabilidades, procedimentos, actividades e recursos necessários para a sua implementação ao nível da Unidade de Gestão Florestal (UGF). É aberto a todos os indivíduos ou entidades que sejam proprietários, produtores ou gestores de áreas florestais localizadas em território nacional, nas condições descritas no Regulamento e nos outros documentos do SGF em vigor.

O Gestor de grupo é a entidade responsável pela gestão do Grupo e é nomeado em Assembleia de Aderentes, conforme descrito no Regulamento. O actual Gestor do grupo é a AFLOBEI.

Esta estratégia caracteriza sumariamente a UGF e descreve os principais elementos do SGF. Aplica-se ao SGF do Grupo CERTIBEI, incluindo os Aderentes, e respectivas UGF aceites formalmente pelo grupo até à data de edição da estratégia, no cumprimento do Regulamento do grupo em vigor. As disposições que constam do SGF são de cumprimento obrigatório por todos os intervenientes na CERTIBEI.

## 2. POLÍTICA DO GRUPO

A política florestal CERTIBEI estabelece os compromissos genéricos da CERTIBEI para a gestão florestal da UGF. Está disponível para consulta pública em formato Impresso na sede e site da AFLOBEI, e no dossier de cada Aderente.

O âmbito e o significado da Política são explicados aos colaboradores, Aderentes do Grupo e fornecedores de serviços em sessões de formação ou sensibilização.

## 3. ORGANIZAÇÃO DO GRUPO

*“O objectivo dum esquema de certificação regional/ de grupo é que, reunindo um grande número de pequenas áreas sob um só certificado, cada Aderente possa beneficiar das economias de escala mas sem perder o controlo de sua própria floresta e da respectiva gestão.”*

A “certificação ao nível regional ou de grupo” aplica-se a grupos de proprietários ou produtores florestais abrangidos por um certificado único. A UGF do Grupo é constituída pelo conjunto de áreas florestais submetidas pelos Aderentes e formalmente aceites pelo Grupo. A área deve ficar sujeita à gestão do Grupo numa perspectiva de longo prazo, considerado como um período mínimo de 5 anos a partir da data de adesão ao Grupo.

Do Grupo CERTIBEI fazem parte: os Aderentes, o Gestor do Grupo e a Assembleia de Aderentes. As responsabilidades e competências de cada entidade atrás referida estão especificadas no **Regulamento e no Procedimento 9 - Gestão de recursos humanos**, mas são descritas brevemente de seguida.

### 3.1. Assembleia de Aderentes

A Assembleia de Aderentes é constituída por todos os Aderentes que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos de Aderente. Delega grande parte das tarefas operacionais necessárias para este efeito no Gestor. Porém, detém a autoridade para tomar algumas das principais decisões no âmbito do SGF, como sejam: a aprovação das regras de adesão e saída/ exclusão de Aderentes e dos principais documentos orientadores da gestão florestal; a revisão das actividades desenvolvidas pelo Gestor e a resposta a reclamações e apelos.

### 3.2. Gestor

O Gestor é a entidade que, de forma profissional, executa tarefas em nome da Assembleia de Aderentes – tal como a decisão relativamente às entradas, saídas e expulsão de Aderentes, monitorização dos Aderentes e fornecimento de informação, formação e assistência técnica aos Aderentes e comunicação com a entidade certificadora – e que assegura a implementação dos requisitos do SGF segundo as normas e requisitos adoptados. O Gestor do grupo é actualmente a AFLOBEI.

### 3.3 Aderentes

Os Aderentes são os proprietários ou produtores florestais que são responsáveis pela implementação de quaisquer requisitos da adesão ao SGF. Todas as entidades individuais ou colectivas, públicas ou privadas titulares da gestão de áreas florestais podem aderir ao SGF, desde que cumpram as regras de adesão e o Regulamento. A titularidade dos direitos sobre a(s) UGF(s) deve ser claramente demonstrada.

### 3.4. Principais documentos do grupo

As regras do Grupo são estabelecidas nos seguintes instrumentos:

- a) **Regulamento do Grupo**
- b) **Referencial(is) Técnico(s) do Grupo** (i.e., códigos de boa prática florestal adoptados pelo Grupo)
- c) **Estratégia do grupo** (i.e., “PGF do Grupo”)
- d) **Procedimentos** e outros materiais elaborados ou adoptados pelo Grupo.

As alterações ao Regulamento, Estratégia e referenciais técnicos do grupo carecem de aprovação da Assembleia de Aderentes; os restantes documentos (procedimentos, Impressos etc.) são geridos pelo Gestor do grupo, que poderá submetê-los à aprovação da assembleia se o considerar necessário.

Cada Aderente tem um **Plano de Gestão Florestal** (PGF), que estabelece, para a(s) sua(s) UGF(s), objectivos, modelos de silvicultura e outras opções de gestão; muito são submetidos à tutela para aprovação por ocuparem áreas superiores ao limite mínimo indicado na legislação aplicável. Cada Aderente dispõe ainda de um **Plano de Gestão de Valores Naturais** (PGVN).

Estes documentos são revistos:

- a) No mínimo de 5 em 5 anos,
- b) Sempre que sofrerem alterações substanciais e/ou numerosas, tais como várias alterações às operações previstas nos PGF, alterações significativas aos valores ambientais presentes e identificados no PGVN, ou alteração da área da UGF alvo dos documentos de ordenamento, ou das condições ambientais, sociais e económicas (p.e. incêndios, mudança de posse de terras, catástrofes, etc.),
- c) Sempre que justificado pelos resultados da monitorização recolhida entretanto (exemplo: novo inventário florestal), ou pelo aparecimento de informação científica ou técnica relevante.

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ACTUAL

O grupo CERTIBEI é constituído por dez (10) Aderentes todos eles privados, cujo património Aderente ocupa uma área total de 13 589,07 ha no esquema de certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes™ (PEFC™) e 13 550,87 ha no esquema de certificação Forest Stewardship Council® (FSC®). Cerca 74% do uso do solo é florestal, destaca-se como espécies principais o **pinheiro bravo, o eucalipto e o sobreiro**. Os produtos florestais principais dos Aderentes são a madeira (Pinheiro bravo, Pinheiro manso, Pinheiro larício, Pinheiro radiata, Cupressus/Cipreste, Pseudotsuga, Eucalipto, Sobreiro, Azinheira e Freixo) a cortiça, a pinha e a caça.

Existem propriedades dentro do grupo cuja actividade não é unicamente florestal, mas sim agro-florestal; existe silvo pastorícia, e também olivicultura, viticultura, culturas agrícolas de regadio e de sequeiro. No geral os Aderentes têm o mínimo de pessoal próprio, recorrendo na maioria a prestação de serviços para a actividade da sua exploração.

No que respeita a áreas protegidas e Rede Natura 2000, é de referir que o grupo tem área incluída no Parque Natural do Tejo Internacional e na Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Pônsul e no Parque Natural da Serra da Estrela. Parte da área do grupo está incluída no Sítio de Importância Comunitária (SIC) do Cabeção, SIC de São Mamede e SIC da Serra da Estrela. Relativamente aos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), o grupo encontra-se distribuído por seis PROF's distintos: PROF da Beira Interior Sul (80%), PROF do Alto Alentejo (12%), PROF da Beira Interior Norte (4%), PROF do Pinhal Interior Norte (2%), PROF Alentejo Central (1%) e Douro (1%).

O Grupo insere-se maioritariamente na Beira Interior Sul que abrange os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão. A Norte faz extrema com a Cova da Beira e com Beira Interior Norte, a leste com a Espanha, a sul com a Espanha e o Alto Alentejo e a oeste com o Pinhal Interior Sul.

Segundo resultados do último Recenseamento Geral da População, em 2001, residiam na Beira Interior Sul, 78 123 indivíduos, representando cerca de 3% da população da Região Centro. No que respeita à taxa de actividade total (homens e mulheres) da BIS em 2001 era de 41%, menos 7 pontos percentuais que a média do País.

A mesma fonte refere que a densidade populacional (habitantes/km<sup>2</sup>) desta região é cinco vezes inferior à média nacional. Na última década, apenas no concelho de Castelo Branco se verificou um crescimento populacional. Comparativamente à restante Região Centro, a população da Beira Interior Sul é também uma das mais envelhecidas.

Dados do INE (Contas Regionais 1995-2001, 2004, com dados de 1995), indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) da Beira Interior Sul representava, em 2001, apenas 0,7% do PIB de Portugal, situação que reflecte o decréscimo da importância relativa da região no contexto português. Em consonância com esse número, a Beira Interior Sul concentra 6,4% do emprego total da região Centro e 1,8% do de Portugal. Destaque-se, porém, a significativa importância relativa do sector primário no emprego da região (20,7%), face ao seu menor peso médio no País (cerca de 10%). Embora o sector primário esteja também em redução populacional na Beira Interior Sul, o emprego neste sector de actividade mantém ainda uma assinalável importância socioeconómica.

De acordo com "A floresta nas explorações agrícolas" do INE (1995), a mão-de-obra florestal utilizada na floresta da região agrária Beira Interior é, na sua maioria, dos próprios produtores e seu agregado familiar, o que se explica pela diminuto tamanho da maioria das explorações. Do total de explorações apenas 13% contratam directamente mão-de-obra assalariada, sobretudo em explorações com área florestal maior – 50% das explorações com mais de 50 ha recorre a mão-de-obra-assalariada. O trabalho consiste essencialmente nas actividades de limpeza e desbaste,

corte e abate de árvores, extracção de cortiça, sementeiras e plantações. A contratação de empresas de prestação de serviços aumenta também com a maior dimensão das propriedades.

Na Beira Interior Sul, salienta-se a presença das três espécies de árvores florestais mais importantes do país em termos económicos (pinheiro-bravo, eucalipto e sobreiro). Além disso apresenta uma clara e forte vocação para a actividade cinegética, possuindo uma abundante oferta de caça maior e menor, associada à existência de um elevado número de concessões de caça com gestão efectiva. A silvo pastorícia e a pesca, pelo potencial que apresentam, são igualmente actividades com grande interesse na região. O elevado valor paisagístico dos espaços florestais e a existência de locais privilegiados para fins de recreio e lazer constitui também uma importante mais-valia na região, que é igualmente marcada pela existência de várias áreas com especial interesse para a conservação da natureza. Entre as condicionantes mais significativas da Beira Interior Sul, estão o alto risco de incêndio e a elevada susceptibilidade à desertificação.

## 5. OBJECTIVOS DE GESTÃO E INTERVENÇÕES FLORESTAIS

No PGF e no PGVN de cada UGF, são definidos objectivos de gestão (alinhados com o PROF relevante) para cada tipo de povoamento florestal e comunidade (semi-natural, bem como as intervenções correspondentes, conforme exemplo na tabela 1.

**Tabela 1** – Objectivos de gestão para cada ocupação.

Povoamento ou comunidade	Objectivo	Intervenções florestais
Montados de sobre e/ou azinho com ou sem pastoreio	Produção de cortiça	Condução do Montado Manutenção da sanidade vegetal
	Suporte à pastorícia	Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais Condução do pastoreio
Galerias Ripícolas	Protecção da rede hidrográfica	Condução dos povoamentos nas galerias ripícolas Restauro das galerias ripícolas
	Conservação de recursos genéticos	Manutenção e fomento de corredores ecológicos
Todo o espaço florestal	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de protecção
		Fornecimento de alimento
		Manutenção da sanidade animal
Pinhal bravo, Pinheiro larício, Pinheiro radiata e Pseudotsuga	Produção de madeira	Condução do pinhal
Pinhal manso	Produção de pinha e/ou madeira	Condução do pinhal
Eucaliptal	Produção de madeira	Condução do eucaliptal
Povoamentos de produção de carvalho americano, freixo, nogueira e cupressos	Produção de madeira e fruto (nogueira)	Condução dos povoamentos
Carvalhal misto, ou dominados por carvalho negral	Suporte à pastorícia	Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais
		Condução do pastoreio
	Conservação	
	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	

Todas as ocupações florestais	Exploração de cogumelos, mel, aromáticas e outros produtos florestais não lenhosos	Condução dos povoamentos
-------------------------------	--	--------------------------

Para além destes, podem também ser definidos objectivos relacionados com indicadores de gestão florestal sustentável, mas sempre à escala de cada UGF ou Aderente, no **Impresso 21** – Resumo de Inventário da UGF.

As intervenções necessárias para atingir estes objectivos são contempladas num Plano de Actividades Anual do Aderente, elaborado no **Impresso 23** até final de Dezembro de cada ano para o ano seguinte, e enviado ao Gestor do Grupo para conhecimento.

Anualmente é construída uma matriz, que entra em linha de conta com os resultados dos indicadores, com as intervenções, com os impactes das operações e medidas mitigadoras, tendo em consideração estes aspectos é efectuando um planeamento anualizado ao nível do Aderente e a definição de objectivos e metas ao nível do grupo (**Impresso 25**).

No início de cada ano o **Impresso 25** é actualizado através da verificação do cumprimento dos objectivos e é enviado para cada Aderente para arquivo. A verificação do cumprimento dos objectivos efectua-se através do cruzamento do **Impresso 8 x Impresso 23 x Impresso 25** originando um relatório que é apresentado na reunião de revisão pela gestão e que desta forma permitirá efectuar um balanço e ajustes nos objectivos do ano seguinte.

## **6. MODELOS DE GESTÃO E CÓDIGOS DE BOAS PRÁTICAS**

Para os aspectos considerados significativos deve ser ponderada a implementação de acções de melhoria. Não obstante, independentemente da sua significância, adoptam-se regras de boas práticas florestais descritas na **Estratégia do grupo**.

Os modelos de gestão utilizados são os descritos no Plano de Gestão Florestal (PGF) de cada Unidade de Gestão Florestal tendo como base o PROF da região. Os Planos de Gestão de Valores Naturais (PGVN) de cada Aderente também contêm recomendações de gestão para as áreas de conservação.

Quanto à caça o modelo de gestão está descrito nos planos de ordenamento de exploração cinegética das zonas de caça Aderentes.

São adoptados os seguintes referenciais técnicos:

- Código de Práticas Florestais da ALTRIFLORESTAL;
- Manual do pinheiro manso “Condução de povoamentos de pinheiro manso e características nutricionais do pinhão” de 2008;
- Manual da AFN “Boas práticas de gestão em sobreiro e azinheira”, de 2006;
- Manual de Boas Práticas Florestais para o Pinheiro Bravo, Centro PINUS 1999;
- Manual de caça BASC, “The code of good shooting practice”, de 2008;
- Fichas para a Identificação e controlo de Plantas Invasoras em Portugal, 2005.

No que respeita às Unidades Operacionais de Gestão do Grupo CERTIBEI, é de referir que podem variar entre os 25-100 ha de acordo com características como, composição, idade, material genético e componentes fisiográficas etc.

No caso das áreas máximas de corte (ex: eucalipto e pinheiro) os critérios a considerar são:

- 100 ha para declives até 15%;
- 50 ha para declives entre 15-30%;
- 25 ha para declives superiores a 30%.

Na aplicação destes limites em termos operacionais considera-se que:

- O intervalo temporal entre manchas a corte deve ser o suficiente até a rebentação de toixa/regeneração crescer de forma a garantir um aspecto homogéneo de reposição de coberto vegetal que minimize os impactes potenciais, especialmente os visuais (um valor indicativo pode ser cerca de 1 m de altura, embora valores menores possam satisfazer este princípio, ao nível da paisagem, pelo que cada situação deve ser analisada localmente);
- O intervalo espacial entre manchas a corte deve ser de cerca de pelo menos 25 m.

## 7. MONITORIZAÇÃO

A monitorização é realizada para assegurar a melhoria contínua do desempenho do SGF, e especificamente para supervisionar o cumprimento das regras assumidas e dos PGFs e PGVN.

O **Procedimento 3 – Inventário de Indicadores de GFS** estabelece as orientações e responsabilidades para recolher informação sobre os indicadores de gestão florestal sustentável. O **Procedimento 4 – Auditorias** estabelece as orientações para o planeamento e condução de auditorias.

**Tabela 1** – Resumo da monitorização realizada

O que é monitorizado?	Como?	Com que periodicidade?	Por quem?	Para que serve a informação obtida?
Áreas de conservação	Ver PG 01 - Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	5/ 10 anos	Gestor do grupo	Revisão do PGF/ PGVN
Valores Naturais (AC, AP e FAVC)	Ver PG 01 - Identificação, gestão e monitorização de valores naturais	2 a 3 vezes em 5 anos	Gestor do grupo	Revisão do PGF/ PGVN
Impactes ambientais e sociais das operações florestais	Ver PG 02 - Avaliação de Impactes Ambientais e Sociais	No momento da adesão e no decorrer das operações florestais	Gestor do grupo (Adesão) e Aderente (Operações Florestais)	Implementação de medidas mitigadoras Revisão do PGF/ PGVN
Inventário florestal, incluindo pragas e doenças	Ver PG 03 - Inventário de Indicadores de GFS	1, 5 ou 10 anos conforme o caso	Aderente	Revisão do PGF/ PGVN
Produtos certificados	Ver PG 08 – Venda de produtos	Anual	Aderente	Histórico de Produção Revisão do PGF/ PGVN
SGF	Ver PG 04 – Auditorias	Anual	Gestor do grupo	Revisão do SGF

## 8. CONTROLO OPERACIONAL

O controlo operacional das actividades no âmbito do SGF é estabelecido tendo em consideração:

- A Política do Grupo;
- Os aspectos ambientais, sociais, técnicos e económicos;
- Os requisitos legais;
- Os Objectivos de cada Aderente e do Grupo;
- Os códigos de boas práticas adoptados pelo Grupo;
- Os PGFs e PGVN de cada Aderente.

O controlo operacional é da responsabilidade de cada Aderente. As orientações e cuidados necessários para a execução das actividades são transmitidos pelo Aderente aos colaboradores e fornecedores de serviço antes do início de cada operação, e é realizada uma vistoria final a cada operação, conforme descrito no **Procedimento 6 – Realização e acompanhamento de operações**.

## **9. CONTROLO DE PRÁTICAS ILEGAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS**

Não é obviamente do interesse dos proprietários e gestores de recursos florestais/ agrícolas a existência de práticas ilegais ou não autorizadas dentro do património que gerem. Nesse sentido, cada Aderente da CERTIBEI colabora estreitamente com as autoridades nacionais, e denuncia qualquer prática ilegal/ não autorizada ou suspeita que testemunhe ou da qual tenha conhecimento. Além disso, deve sempre dar conhecimento do ocorrido à AFLOBEI, que o regista e trata no âmbito do seu **Procedimento 5 - Gestão de Não conformidades**.

Quanto à recolha e encaminhamento de resíduos para um destino adequado, esta tarefa é, segundo a legislação em vigor, da responsabilidade do produtor do resíduo. Quaisquer resíduos resultantes duma operação florestal realizada na UGF da CERTIBEI são encaminhados adequadamente pelo seu produtor; os resíduos gerados pelos fornecedores de serviços são geridos pelos próprios, segundo indicado no **Procedimento 6 – Realização e acompanhamento de operações**.

## **10. PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE A EMERGÊNCIAS**

O património florestal dos Aderentes da CERTIBEI encontra-se disperso pela Beira Interior, Alto Alentejo, Pinhal Interior e Douro e como tal sujeito a elevado risco de incêndio. A prevenção é da responsabilidade dos Aderentes e dos restantes gestores florestais, sendo a detecção responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR) e o combate efectuado pelos Bombeiros, coordenados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

O PGF de cada Aderente prevê medidas de controlo de vegetação, e o SGF prevê que os subcontratados e empregados sejam informados das orientações da CERTIBEI para situações de emergência (ver **Procedimento 6**).

Considerando a necessidade de garantir uma protecção contra os incêndios florestais que ameaçam ou ocorrem nas áreas florestais da região, a AFLOBEI possui equipas de sapadores florestais que apoiam os seus associados com meios humanos e materiais próprios na prevenção e combate a incêndios. As acções de prevenção e manutenção silvícola são planeadas e executadas pela AFLOBEI de forma a diminuir o risco de incêndio, e considerando os planos operacionais municipais de Defesa Contra Incêndios, elaborados em cada concelho pela C.M.D.F.C.I. As brigadas da AFLOBEI participam na prevenção e apoio ao combate de incêndios florestais, incluindo primeira intervenção, apoio ao combate e operações de rescaldo e trabalhos de silvicultura preventiva, em particular limpeza de povoamentos e roça de mato, com a possibilidade de trituração de sobrantes.

## **11. PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE PRAGAS, DOENÇAS E ESPÉCIES INVASORAS**

Por princípio, o grupo CERTIBEI promove o desenvolvimento e a adopção de métodos não químicos de baixo impacte ambiental para a gestão de pragas, doenças e espécies invasoras e esforça-se para evitar o uso de pesticidas químicos.

Para tal, são regras do grupo:

- Privilegiar acções de prevenção no lugar de acções de combate a pragas, doenças e plantas invasoras.
- No que respeita às plantas invasoras existe um programa específico de combate (**Procedimento 10**) e um Impresso que permite ao Aderente efectuar o registo da presença de invasoras na UGF e a gravidade da ameaça (**Impresso 26**).
- A não utilização de métodos químicos, a não ser para controlo pontual de silvas e plantas invasoras, e apenas quando não existir uma alternativa não química eficaz que não implique custos excessivos.
- A obrigação, por parte dos Aderentes, de descrever o produto (nome comercial e princípio activo), local e área (hectares) de aplicação no campo “Descrição da operação, incluindo as técnicas e equipamentos a utilizar” do Caderno Operacional (**Impresso 8**).
- A obrigação, por parte dos Aderentes, de proporcionar equipamento e formação apropriados a quem aplica os produtos.
- O uso de agentes de controlo biológico carece de aprovação prévia do Gestor do grupo, e caso aprovado é justificado face aos métodos alternativos, documentado, minimizado e monitorizado segundo a legislação nacional e protocolos científicos adequados.
- A proibição do uso de organismos geneticamente modificados.

## 12. COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

### 12.1. Introdução

Este capítulo descreve os procedimentos para:

- Consultar as Partes Interessadas, no mínimo sobre os seus pontos de vista (PEFC) e sobre as Florestas de Alto Valor de Conservação (FSC),
- Responder às solicitações das Partes Interessadas,
- Disponibilizar a política, e os resumos públicos do Plano de Gestão Florestal e dos resultados da monitorização dos indicadores,
- Tratar reclamações e apelos.

### 12.2. Consulta às Partes Interessadas

No momento de adesão, o Aderente deve preencher, como parte do formulário de candidatura, uma lista das partes interessadas na gestão da sua UGF. A opinião das partes interessadas, e nomeadamente das pessoas e grupos directamente afectados, sobre os impactes sociais das actividades florestais realizadas em cada UGF é recolhida em dois momentos: aquando a pré-adesão, conforme referido no regulamento do grupo, e de forma periódica, sempre que um Aderente seja seleccionado para auditoria interna. Os resultados desta consulta levam, caso aplicável, à revisão da classificação acima referida, e devem ser registados no Impresso de consulta de partes interessadas e/ou relatório da auditoria.

### 12.3. Resposta às solicitações das Partes Interessadas

Todos os participantes no SGF devem registar as solicitações (no mínimo identificando a parte interessada e o conteúdo da comunicação, os seus contactos e a data da comunicação) que lhes sejam feitas por parte das partes interessadas, e dar-lhes tratamento adequado.

Este tratamento pode consistir no fornecimento de informação que seja necessária, mas pode também consistir no reencaminhamento da solicitação para outra entidade. A resposta dada, e a respectiva data, deve ser registada no mesmo formulário, e arquivada por quem lhe deu tratamento.



#### 12.4 Direitos legais e/ou consuetudinários das comunidades locais

A CERTIBEI reconhece os seguintes direitos legais e/ou consuetudinários das comunidades locais relativos à área abrangida pelo certificado: acesso a enclaves; capelas; caminhos públicos em geral; portos fluviais; acessos por caçadores de zonas de caça; entre outros, que digam respeito às UGFs.

Os Aderentes da CERTIBEI estão receptivos a pedidos de acesso às suas propriedades nos termos descritos atrás.

#### 12.5 Disponibilização de informação

Por exigência normativa, o Gestor do grupo deve disponibilizar esta Estratégia a quem os solicitar, bem como a Política do Grupo. Dado que há muita informação relevante sobre cada Aderente que 1) é demasiado detalhada para incluir nesta estratégia e 2) estaria constantemente desatualizada à medida que vão entrando (ou saindo) Aderentes no grupo, optou-se por resumir na versão pública da estratégia os principais elementos exigidos como sendo de divulgação pública segundo o critério 7.5 da norma FSC aplicável, e disponibilizar, a pedido, os excertos aplicáveis dos Planos de Gestão Florestal de cada Aderente, caso alguma Parte Interessada o venha a solicitar.

Para facilitar a compreensão da informação que é /poderá ser disponibilizada a partes Interessadas, elaborámos a tabela seguinte (PGF = Plano de Gestão Florestal; PGNV = Plano de Gestão de Valores Naturais):

<b>Elemento</b>	<b>Ao nível do grupo</b>	<b>Ao nível do Aderente</b>
Objectivos de gestão para a UGF	Capítulo 5 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Objectivos relativos à conservação e/ou restauro de amostras representativas de florestas naturais na UGF	Capítulo 5 e Anexo I desta estratégia	No PGNV de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Descrição dos recursos florestais geridos	Capítulos 4 e 5 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Limitações ambientais	Capítulo 4 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Uso do solo, APS, ZPE e outros Ónus e posse da terra	Anexo III desta estratégia	No PGF de cada Aderente; confidencial
Condições sócio-económicas	Capítulo 4 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; confidencial
Descrição das terras adjacentes	Capítulo 4 desta estratégia	Nas cartas militares de enquadramento do PGF de cada Aderente
Informação específica e consideração da presença de quaisquer áreas de Alto Valor de Conservação	Anexo I desta estratégia	No PGNV de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Descrição do sistema de gestão, baseado na ecologia da floresta em questão e informação recolhida em	Capítulos 5 e 6 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido

inventários dos recursos		
Justificação clara da taxa de exploração anual e selecção de espécies	Capítulos 5 e 6 desta estratégia	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Medidas de monitorização do crescimento e dinâmica da floresta	Capítulo 7 desta estratégia	No PGF de cada Aderente
Salvaguardas ambientais baseadas em avaliações ambientais	Capítulo 6 desta estratégia	Resultados da Avaliação de impacte ambiental para cada Aderente
Planos para a identificação e protecção de espécies raras, ameaçadas e em perigo	Anexo I desta estratégia	No PGVN de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido
Descrição e justificação das técnicas e equipamento de exploração a usar	-	No PGF de cada Aderente; resumo disponibilizado a pedido

## 12.6. Reclamações e apelos

Qualquer reclamação relativa a um Aderente, ou a qualquer outra entidade do SGF deve ser adequadamente investigada e resolvida. Os requisitos descritos de seguida aplicam-se tanto a reclamações escritas como orais.

Sempre que seja recebida uma reclamação relativa a um Aderente, a situação deve ser descrita num **registo de reclamação (Impresso 13)**, e o Gestor informado. O Gestor deve alocar a investigação da reclamação a um responsável.

O responsável pela investigação deve informar o Aderente (ou outra entidade do SGF) da reclamação e de que ele/ ela serão responsáveis pelo sua investigação.

A investigação deve: 1) avaliar se a questão colocada se encontra abrangida pelos requisitos do SGF (i.e., se é relevante para o SGF) e, caso afirmativo, 2) recolher evidência objectiva que permita suportar ou refutar a reclamação.

A investigação deve ser iniciada no máximo uma semana após a reclamação ter sido recebida e concluída um mês depois. O resultado da investigação deve ser discutido e as conclusões submetidas à aprovação do Gestor.

Se a investigação refutar a reclamação, por o assunto estar fora do âmbito do SGF ou por não existir evidência objectiva para a suportar, o reclamante deve ser informado por escrito e a reclamação encerrada.

Se a investigação suportar a reclamação, o Aderente deve ser informado e em conjunto com o Gestor deve ser usada uma **Nota de Não Conformidade** para identificar responsabilidades e prazos para implementar uma Correção/ Acção Correctiva. Caso seja recebida informação subsequente do reclamante, esta deve ser considerada na monitorização da Correção/ Acção Correctiva.

Quando for encerrada, deve ser adequadamente preenchida a **Nota de Não Conformidade**, e o reclamante informado das acções tomadas. Caso o reclamante não fique satisfeito com as acções tomadas, deve ser informado de que pode recorrer da forma descrita de seguida.

Sempre que seja recebida uma reclamação relativa ao Gestor ou qualquer outra entidade do SGF, a situação deve ser descrita no **registo de reclamação**, e o Presidente da Assembleia de Aderentes informado. O Presidente da Assembleia de Aderentes deve alocar a investigação da reclamação a um responsável, e aprovar a eventual conclusão. De resto, o tratamento dado a estas reclamações deve ser idêntico às reclamações relativas a Aderentes.

## 12.7 Apelos

Os apelos podem ser feitos por:

- Um reclamante ou uma pessoa contra a qual foi feita uma reclamação, que não estejam satisfeitos como o resultado da investigação da reclamação,
- Um Aderente que tenha sido informado que será expulso do SGF.

Os apelos devem ser submetidos por escrito, até 30 dias depois de recebida a notificação formal do resultado da reclamação ou a carta de expulsão, e dirigidos à Assembleia de Aderentes.

O apelo deve ser analisado em reunião da Assembleia de Aderentes, com quórum de três pessoas. A reunião deve ocorrer até 30 dias depois da recepção da carta de apelo.

Se o apelo for relativo a uma reclamação, pode ser pedido ao reclamante e à pessoa contra a qual é feita a reclamação para submeterem informação por escrito ou para estarem presentes na reunião. A Assembleia de Aderentes pode também pedir ao Gestor e a outras entidades do SGF cópias de documentos que considerar relevantes.

Se o apelo for relativo a uma não conformidade, pode ser pedido ao Aderente e ao Gestor ou técnico envolvido na visita de monitorização para submeterem informação por escrito ou para estarem presentes na reunião. A Assembleia de Aderentes pode também pedir ao Gestor e a outras entidades do SGF cópias de documentos que considerar relevantes.

A decisão da Assembleia de Aderentes deve ser justificada e documentada como parte da reunião e assinada por todos os presentes. Deve ser enviada cópia da decisão ao Gestor, pessoa responsável pelo apelo e, caso este esteja associado a uma reclamação, à parte visada na reclamação. A decisão será final, e qualquer apelo subsequente deverá ser feito directamente à entidade certificadora.

## 14. REVISÃO PELA GESTÃO

O SGF é sujeito a um processo de revisão periódica, para assegurar a sua eficácia, a adaptação a alterações nos requisitos legais e nas normas de referência, e permitir a melhoria contínua. Esta revisão baseia-se na análise da informação relevante gerada pelo SGF - incluindo, entre outras, as auditorias, a monitorização de indicadores e as comunicações de partes interessadas – e coligida para o efeito pelo Gestor do grupo num relatório anual de actividades.

As revisões do SGF são realizadas anualmente em reuniões da Assembleia de Aderentes. Das reuniões da Assembleia de Aderentes são elaboradas actas, aprovadas na reunião seguinte, cujos originais são arquivados pelo Gestor do grupo, e das quais são distribuídas cópias por todos os seus membros.

As revisões são realizadas segundo orientação da agenda indicada no quadro seguinte, listando as matérias para análise, discussão e eventual decisão. A análise e a discussão sobre cada ponto incidem, em princípio, sobre as situações e os desenvolvimentos ocorridos desde a última reunião ordinária.

**Agenda da revisão do SGF**

<b>Ponto</b>	<b>Matérias</b>
1	Informações gerais
2	Relatório geral do Gestor
3	Comunicações com as partes interessadas
4	Resultados da monitorização dos indicadores de GFS, avaliação de impactes ambientais e sociais, e áreas de conservação
5	Política Florestal, Estratégia do grupo e Regulamento: necessidade de alterar face aos comentários de partes interessadas; alterações ambientais, sociais e económicas, e novos desenvolvimentos científicos e técnicos?
6	Objectivos do grupo e individuais: resultados e planeamento
7	PGFs individuais: alterações e necessidade de revisão
8	Auditorias externas ao SGF. Ponto da situação das NCs e ACs
9	Auditorias internas ao SGF. Ponto da situação das NCs e ACs
10	Seguimento das acções resultantes de anteriores revisões
11	Documentação normativa: alterações significativas
12	Alterações na legislação
13	Alterações do âmbito por entrada ou saída de Aderentes
14	Alterações no SGF/ responsabilidades/ documentação
15	Reclamações e apelos recebidos
16	Revisão do SDD (Sistema de Diligência Devida).
17	Diversos



**ESTRATÉGIA DO GRUPO DE GESTÃO  
FLORESTAL CERTIBEI  
Versão Pública**

Ed: 26

Data:

25.02.2019

Pág

13 de 40

**ANEXO I - FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO**

<b>Aderente</b>	<b>Localização</b>	<b>Descrição</b>	<b>Justificação para a classificação</b>	<b>Medidas de gestão</b> Adaptadas do PSRN2000, do PROF BIS e avaliadas no terreno
1 Companhia Agrícola Penha Garcia, SA.  Vale Feitoso	Freguesia de Penha Garcia, concelho de Penamacor, e pequena parte do concelho de Idanha-a-Nova	Cristas rochosas da Serra do Medronhal e Serra Gorda, devido à presença de espécies com estatuto CR e EN	O número de espécies com estatuto de conservação que nidificam nesta área é bastante elevada, representando em alguns casos das poucas áreas em Portugal onde as espécies nidificam. Esta área assume também especial importância para a víbora-cornuda e morcegos fissurícolas	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Definir nos planos de gestão a realizar medidas de salvaguarda com restrições espaço-temporais para minimizar os efeitos da perturbação das actividades humanas (agro- silvo-pastoris, cinegéticas, de turismo e lazer, etc);</li><li>▪ Nas áreas identificadas como FAVC foram já identificados o período de condicionamento de modo a diminuir os efeitos da perturbação das actividades humanas: de 15 de Dezembro a finais de Julho.</li></ul>
4 Casa Agrícola Herdade Monte Velho, SA  Montes do Tejo	Freguesia de Malpica do Tejo, concelho de Castelo Branco	Afloramentos rochosos ao longo do rio Tejo e nas zonas terminais das ribeiras do Marmelal e Boidade nos Montes do Tejo, devido à presença de espécies com estatuto “Criticamente ameaçada” (CR) e “Ameaçada” (EN) e ao estatuto de protecção integral dado pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional	O número de espécies com estatuto de conservação que nidificam nesta área é bastante elevada, representando em alguns casos das poucas áreas em Portugal onde as espécies nidificam. Esta área assume também especial importância para morcegos fissurícolas.	Definir nos planos de gestão a realizar medidas de salvaguarda com restrições espaço-temporais para minimizar os efeitos da perturbação das actividades humanas (agro-silvo-pastoris, cinegéticas, de turismo e lazer, etc.)



**ESTRATÉGIA DO GRUPO DE GESTÃO  
FLORESTAL CERTIBEI  
Versão Pública**

Ed: 26

Data:

25.02.2019

Pág

14 de 40

<p>9</p> <p>Casa Pinto Cardoso – Soc. Agrícola, Lda.</p> <p>Herdade da Tojeirinha e Fonte dos Ratinhos</p>	<p>Freguesias de Sarnadas de Ródão e Vila Velha De Ródão, concelho de Vila Velha De Rodão</p>	<p>Local de nidificação de cegonha-preta, num pinhal-bravo, numa das UGF, abrangendo uma área definida por um raio de 250 metros.</p>	<p>A cegonha-preta apresenta o estatuto de conservação de “Vulnerável” (VU), sendo necessário identificar as áreas de nidificação e regular as actividades que possam deteriorar a área em causa, levando ao abandono do ninho e insucesso reprodutor</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implementar, no terreno, uma área de restrição total: Num raio de 30 metros à volta do ninho;</li><li>▪ Implementar, no terreno, uma área condicionada: Com um raio de 50 m em relação a esta e na qual de 15 de Fevereiro a 31 de Julho não se podem realizar operações de qualquer espécie (período de nidificação);</li><li>▪ Promover uma gestão na envolvente do ninho que proteja e assegure a tranquilidade do ninho, i.e. manter o grupo de árvores onde está o ninho, e deixar crescer árvores na envolvente para aumentar a área do bosque e especialmente para criar uma barreira visual em relação às estradas que passam no fundo do vale e na cumeada.</li><li>▪ Implementar medidas de protecção contra incêndios para aquela mancha, embora não deva ser realizada desmatação na área de restrição.</li><li>▪ Condicionar o acesso ao caminho que passa no fundo do vale, pois ultimamente tem sido usada por “moto-quadros”, que são muito perturbadoras.</li><li>▪ Mudar a torre de caça e o cevadouro que estão mesmo por cima do ninho, a uma distância susceptível de causar perturbação.</li></ul>
--	---	---	---	--

## ANEXO II - RESULTADOS DA MONITORIZAÇÃO DE INDICADORES

Indicador 1.1. Espaço Florestal = Área (ha) por tipo de ocupação, povoamentos florestais por espécie principal (arborizados e não arborizados) e funcionalidade dos espaços florestais.

Meta: sem meta

Valor calculado (ha / %) / Registo para o Grupo quanto a:

a) Tipos de Ocupação do solo;

Tipo de Ocupação		Área (ha)
Pov. Puros de Pinheiro bravo	PB	3567,25
Pov. Puros de Eucalipto	EC	1645,29
Matos	MA	914,62
Montado de Sobreiro	MSB	899,05
Zambujal/Carrascal	ZBxOQ	682,96
Azinhal de Regeneração Natural	AZ(RN)	672,84
Pov. Puro de Sobreiro	SB	641,17
Culturas Arvenses	CA	627,05
Pastagens Naturais	PNAT	515,26
Olival	OL	415,51
Folhosas Ripícolas	FR	293,21
Outras Superfícies Agrícolas	OSA	290,83
Rede Viária Florestal	RVF	279,8
Pov. Misto de Pinheiro manso x Sobreiro	PMxSB	236,61
Pov. Puro de Pinheiro manso	PM	182,06
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Azinheira	PBxAZ	113,59
Pov. Misto de Sobreiro x Pinheiro manso	SBxPM	113,31
Montado de Sobreiro x Azinheira	MSBxAZ	105,08
Pov. Misto de Azinheira x Pinheiro bravo	AZxPB	101,55
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Sobreiro	PBxSB	100,75
Espaço Agro-florestal não Arborizado	AFNA	90,13
Misto de Resinosas e Folhosas	MRF	88,18
Culturas Arvenses de Regadio	RG	86,2
Pov. Misto de Sobreiro x Azinheira	SBxAZ	73,8
Pov. Misto de Sobreiro x Pinheiro bravo	SBxPB	61,07
Pov. Misto Sobreiro x P.manso x P.bravo x Carvalho x Azinheira	SBxPMxPBxCVxAZ	57,97
Afloramentos Rochosos	AFLR	55,9
Infra-estrutura Apoio	IA	47,87
Misto de Folhosas	MF	46,16
Montado de Azinheira	MAZ	45,76
Rede Divisional	RD	44,24
Pov. Misto de Pinheiro manso x Sobreiro x Pinheiro bravo	PMxSBxPB	43,85
Pov. Puro de Pinheiro larício	PL	35,69
Vinha	VI	33,93
Misto de Eucalipto x Azinheira	ECxAZ	30,35
Superfícies Aquáticas - Charca	CH	28,86
Pov. Misto de Azinheira x Sobreiro	AZxSB	28,57
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Eucalipto	PBxEC	27,97
Pov. Misto de Azinheira x Pinheiro manso x Sobreiro	AZxPMxSB	23,11
Superfícies Aquáticas - Linha de Água	LA	22,28
Superfícies Aquáticas - Barragem	BR	17,81
Pov. Misto de Azinheira e Pinheiro manso	AZxPM	17,73
Pov. Puro de Cupressus	CP	16,88
Pov. Puro de Freixo	FRX	15,92
Montado de Azinheira e Sobreiro	MAZSB	15,8
Outras folhosas	OF	15,22
Bosquetes de Medronheiro	MD	14,43

(Cont.)

Tipo de Ocupação		Área (ha)
Areias Fluviais	ARE	14,05
Pov. Misto Sobreiro x P.bravo x P.manso	SBxPMxPB	11,85
Carvalho e Sobreiro (Regeneração Natural)	CVSB	10,7
Medronheiro x Sobreiro	MDSB	7,17
Improdutivos	IP	6,23
Pov. Misto de Pinheiro manso x Azinheira x Sobreiro	PMxAZxSB	6,19
Pov. Puro de Pinheiro radiata	PR	6,14
Área Social	AS	6,12
Faixa de Gestão Combustível	FGC	6,11
Misto Pinheiro bravo x Pseudotsuga	PBxPSD	5,89
Focos de Acácia	AC	5,13
Sobreiro x Eucalipto	SBEC	4,93
Misto de Pinheiro bravo x Carvalhos	PBxCV	3,39
Cascalheiras	CASC	3,36
Horta	HO	2,29
Carvalho americano	CVA	2,09
Pov. Puro de Pseudotsuga	PSD	1,35
Pinheiro bravo x Sobreiro (Regeneração natural)	PbSb	1,12
Infra-estruturas - Apiário e Património arqueológico	OI	0,43
Misto de Pinheiro bravo x Pinheiro radiata	PBxPR	0,43
Pomar	PO	0,31

b) Funcionalidades dos espaços florestais (Floresta e Matos);

Função	%
Produção	81
Protecção	13
Conservação	6

c) Espaços florestais arborizados por espécie principal;

Pov. Florestal		Área (ha)
Pov. Puros de Pinheiro bravo	PB	3567,25
Pov. Puros de Eucalipto	EC	1645,29
Montado de Sobreiro	MSB	899,05
Zambujal/Carrascal	ZBxOQ	682,96
Azinhal de Regeneração Natural	AZ(RN)	672,84
Pov. Puro de Sobreiro	SB	641,17
Folhosas Ripícolas	FR	293,21
Pov. Misto de Pinheiro manso x Sobreiro	PMxSB	236,61
Pov. Puro de Pinheiro manso	PM	182,06
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Azinheira	PBxAZ	113,59
Pov. Misto de Sobreiro x Pinheiro manso	SBxPM	113,31
Montado de Sobreiro x Azinheira	MSBxAZ	105,08
Pov. Misto de Azinheira x Pinheiro bravo	AZxPB	101,55
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Sobreiro	PBxSB	100,75
Misto de Resinosas e Folhosas	MRF	88,18
Pov. Misto de Sobreiro x Azinheira	SBxAZ	73,8
Pov. Misto de Sobreiro x Pinheiro bravo	SBxPB	61,07
Pov. Misto Sobreiro x P.manso x P.bravo x Carvalho x Azinheira	SBxPMxPBxCVxAZ	57,97
Misto de Folhosas	MF	46,16
Montado de Azinheira	MAZ	45,76
Pov. Misto de Pinheiro manso x Sobreiro x Pinheiro bravo	PMxSBxPB	43,85
Pov. Puro de Pinheiro larício	PL	35,69
Misto de Eucalipto x Azinheira	ECxAZ	30,35
Pov. Misto de Azinheira x Sobreiro	AZxSB	28,57



(Cont.)

Pov. Florestal		Área (ha)
Pov. Misto de Pinheiro bravo x Eucalipto	PBxEC	27,97
Pov. Misto de Azinheira x Pinheiro manso x Sobreiro	AZxPMxSB	23,11
Pov. Misto de Azinheira e Pinheiro manso	AZxPM	17,73
Pov. Puro de Cupressus	CP	16,88
Pov. Puro de Freixo	FRX	15,92
Montado de Azinheira e Sobreiro	MAZSB	15,8
Outras folhosas	OF	15,22
Bosquetes de Medronheiro	MD	14,43
Pov. Misto Sobreiro x P.bravo x P.manso	SBxPMxPB	11,85
Carvalho e Sobreiro (Regeneração Natural)	CVSB	10,7
Medronheiro x Sobreiro	MDSB	7,17
Pov. Misto de Pinheiro manso x Azinheira x Sobreiro	PMxAZxSB	6,19
Pov. Puro de Pinheiro radiata	PR	6,14
Faixa de Gestão Combustível	FGC	6,11
Misto Pinheiro bravo x Pseudotsuga	PBxPSD	5,89
Focos de Acácia	AC	5,13
Sobreiro x Eucalipto	SBEC	4,93
Misto de Pinheiro bravo x Carvalhos	PBxCV	3,39
Carvalho americano	CVA	2,09
Pov. Puro de Pseudotsuga	PSD	1,35
Pinheiro bravo x Sobreiro (Regeneração natural)	PbSb	1,12
Misto de Pinheiro bravo x Pinheiro radiata	PBxPR	0,43
Castanheiro	CST	0,27

d)Espaços florestais não arborizados;

Inculto		Área (ha)
Incultos - Matos	MA	914,62

e)Áreas sujeitas a conversão:

- **Floresta para outros usos – 0 ha;**
- **Outros usos para floresta = 0 ha.**

Indicador 2.1. Perigosidade de Incêndio = É a probabilidade de ocorrência de um incêndio florestal, num determinado intervalo de tempo, associada às condicionantes do território para a sua deflagração e/ou progressão.

Meta: 40 m/ha de rede viária; 20m/ha de rede divisional e valor  $\geq$  1 ponto água/100 ha

Valor calculado / Registo para o Grupo quanto a:

a) % Classes de perigosidade;

Classes de Perigosidade	%
Muito Baixa	6
Baixa	16
Média	27
Alta	35
Muito Alta	16

b) ha de área ardida (2000 – 2018) = **953 ha**

c) Metros de rede viária /ha = **47 m/ha**

d) Metros de rede divisional /ha = **22 m/ha**

e) N.º de pontos de água/100 ha **Existem nos 13 589 ha 112 pontos de água**

f) ha de rede de FGC:

- FGC Rede Primária = **307 ha;**

- FGC às Edificações = **132 ha;**

- FGC Rede Viária Florestal = **41 ha;**

- FGC ao Aglomerados = **28 ha**

- FGC Linhas Eléctricas = **56 ha;**

- FGC Mosaicos = **361 ha;**

- FGC Linhas Ferroviárias = **0,16 ha;**

- Outras FGC = **150 ha**

Indicador 2.2. a) Deficiências Nutricionais = Proporção média de árvores avaliadas com descoloração acentuada (3 e 4). b) Plano de Fertilização e registo de aplicação na área certificada.

Meta: valor  $\leq$  20%

Valor calculado / Registo para o Grupo:

a) Descoloração

**Pb – 0%   Ec – 2%   Pm – 0%   Sb – 7%   Frx – 0%   Az – 6%   Pl – 0%   Pr – 0%**  
**Cup – 0%   Psd – 0%**

b) Plano de Fertilização e registo de aplicação

**Adubação de 41 ha com Amicote CV50 (200 kg/ha) – Aderente MTLV (Sobreiros).**

**Adubação de 108,95 ha com Nitrolusal 27% (150 kg/ha) – Aderente CPC (Eucalipto).**

Indicador 2.3. Factores Bióticos e Abióticos = Desfoliação – Proporção média de árvores avaliadas com desfoliação acentuada (3 e 4), Pragas e Doenças - Proporção média de árvores avaliadas com ataque acentuado (3 e 4) e Identificação do Agente e meios de luta.

Meta: valor  $\leq$  20%

Valor calculado / Registo para o Grupo quanto a:

a) Desfoliação

**Pb – 2%      Ec – 8%      Pm – 0%      Sb – 10%      Frx – 0%      Az – 6%**  
**PI – 0%      Pr – 0%      Cup – 0%      Psd – 0%**

b) Pragas e Doenças\*

**Pb – 4%      Ec – 23%      Pm – 0%      Sb – 28%      Frx – 0%      Az – 17%**  
**PI – 0%      Pr – 10%      Cup – 0%      Psd – 0%**

**Pragas:** Processionária do Pinheiro, Broca do Eucalipto, Cobrilha da Cortiça, Cobrilha dos Ramos e Gorgulho do Eucalipto.

**Doenças:** Cancro do Eucalipto, Carvão do Entrecasco e Fitóftora.

**Meios de Luta:** Luta Cultural e Biotécnica (armadilhas e feromonas), quando aplicável.

Indicador 4.1. Diversidade Biológica = a) Riqueza específica média (S) (flora). b) Nº de Habitats

Meta: Flora - valor  $\geq$  3

Valor calculado / Registo para o Grupo:

**a) Riqueza Específica (flora) - 4 espécies;**

**b) Nº de habitats – 6 habitats**

Indicador 4.2. Espécies e habitats protegidos e/ou ameaçados e espécies endémicas =

- Proporção da UGF ocupada com habitats da directiva Habitats
- Lista de habitats da directiva Habitats existentes na UGF
- Lista de espécies (fauna e flora) + cartografia de distribuição e localização

Meta:

- Valor  $\geq$  5%
- sem meta
- sem meta

Valor calculado / Registo para o Grupo:

**a) Proporção da UGF ocupada com habitats da directiva Habitats = 17%;**

**b) Lista de habitats da directiva Habitats existentes no Grupo**

HABITAT	
2260	<i>Dunas com vegetação esclerofila da Cisto-Lavanduletalia</i>
2330	<i>Dunas interiores com prados abertos de Corynephorus e Agrostis</i>
3260	<i>Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitriche-Batrachion</i>
3280	<i>Cursos de água mediterrânicos permanentes da Paspalo-Agrostidion com cortinas arbóreas ribeirinhas de Salix e Populus alba</i>
3290	<i>Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion</i>
6310	<i>Montados de Quercus spp. de folha perene</i>
6420	<i>Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molinio-Holoschoenion</i>
8220	<i>Vertentes rochosas siliciosas com vegetação</i>
9340	<i>Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia</i>
4030pt3	<i>Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais</i>
5330pt3	<i>Medronhais</i>
5330pt5	<i>Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos</i>
5330pt6	<i>Carrascais, espargueirais e matagais afins acidófilos</i>
6160pt4	<i>Matos rasteiros de leitos de cheias rochosos de grandes rios</i>
6220*pt2	<i>Malhadais</i>
8220pt1	<i>Afloramentos rochosos siliciosos com comunidades casmofíticas</i>
8230pt3	<i>Comunidades derivadas de Sedum sediforme ou Sedum album</i>
91B0	<i>Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia</i>
91E0*pt1	<i>Amiais ripícolas</i>
92A0pt1	<i>Salgueirais-choupais algarvios de choupos-brancos</i>
92A0pt3	<i>Salgueirais arbóreos psamófilos de Salix atrocinerea;</i>
92A0pt4	<i>Salgueirais arbustivos de Salix salviifolia subsp. salviifolia</i>
92A0pt5	<i>Salgueirais arbustivos Salix salviifolia subsp. australis</i>
92D0pt1	<i>Bosques ou matagais dominados por Tamarix africana, T. mascatensis, T. gallica e/ou Nerium oleander associados a águas doces</i>
92D0pt3	<i>Matagais de Fluggea tinctoria associados a leitos de estiagem inundados no Inverno</i>
9340 pt1	<i>Bosque de Quercus rotundifolia sobre silicatos</i>

(\*) Habitats prioritários

c) Lista de espécies (fauna e flora) + cartografia de distribuição e localização = **Informação disponível nos PGN's dos Aderentes do GRUPO**

Indicador 4.3. Árvores longevas e cavernosas e madeira morta = a) n.º árvores longevas/ cavernosas; b) madeira morta por UGF (nas parcelas amostradas)

Meta: Conservação de árvores longevas e/ou cavernosas e árvores mortas quando aplicável e desde que não constituam focos de problemas fitossanitários.

Valor calculado / Registo para o Grupo:

- a) **2 árvore longeva ou cavernosa/ha;**
- b) **0 árvores mortas/ha**

Indicador 4.4. Regeneração e material florestal de reprodução = Proporção de área de regeneração natural, plantação ou sementeira por UGF

Meta: sem meta

Valor calculado (ha e/ou %) / Registo para o Grupo quanto a:

- a) Regeneração natural (**45 %**)
- b) Plantação (**55 %**)
- c) Sementeira (**0%**)

Indicador 5.1. Protecção do Solo e da água =

- a) Protecção da água – Área das faixas de protecção adjacentes às linhas de água permanentes (10 m);
- b) Protecção do solo – Proporção de área gerida tendo em consideração a protecção do solo;
- c) Distribuição cartográfica de linhas de água e galerias ripícolas;
- d) Estado de conservação do solo – Proporção de Impactes Ambientais onde tenham sido detectados sinais graves de erosão decorrentes das operações florestais;
- e) Estado de conservação das linhas de água/galerias ripícolas - Proporção das linhas de água temporárias/permanentes da UGF com galerias bem conservadas (categorias 4 e 5)

Meta: a)--; b) 100%; c)--; d) Valor  $\geq$  20%; e) valor  $\geq$  20%, quando aplicável

Valor calculado (ha / %) / Registo para o Grupo:

- a) Protecção da água (Faixas) = **428 ha (Informação Geográfica disponível na GEOBASE do GRUPO CERTIBEI);**
- b) **100%;**
- c) **Cartografia de Linhas de Água e Galerias Ripícolas disponível para Consulta (GEOBASE do GRUPO CERTIBEI);**
- d) **19% de impactes ambientais com sinais graves de erosão do solo decorrentes das operações de exploração florestal (Corte Raso);**
- e) **Estado de conservação das linhas de água/galerias ripícolas = 53%**

Indicador 5.2. Rede viária e divisional = a e b) Densidade de infra-estruturas viárias e divisionais na UGF; c) Sinais de erosão de gravidade muito acentuada na rede viária e divisional / km e seu d) estado de conservação global.

Meta: 40m/ha de rede viária; 20m/ha de rede divisional, sinais de erosão  $\leq$  2/ km e estado de conservação mau < 20%

Valor calculado / Registo para o Grupo quanto a:

a) rede viária = **47 m/ha**

b) rede divisional = **22 m/ha**

c) sinais de erosão = **1 sinal de erosão /km**

d) estado de conservação (**Bom – 72%**)      (**Médio – 15%**)      (**Mau – 12%**)

Indicador 6.3: Volume e qualificação do emprego =

- a) Nº trabalhadores próprios;
- b) Qualificação dos trabalhadores próprios;
- c) Valor anual de trabalho contratado (€/ano);
- d) Registos das obrigações sociais e laborais; registo das monitorizações das operações (duração, pessoal envolvido e formação), registos de formação dos trabalhadores que actuam na UGF.

Meta: sem meta

Valor calculado / Registo para o Grupo:

a) **30 Trabalhadores próprios;**

b) **Qualificação;**

<b>Qualificação dos trabalhadores</b>	
1º ciclo de ensino básico (1-4)	8
2º ciclo de ensino básico (5-6)	4
3º ciclo de ensino básico (7-9)	3
Ensino secundário (9-12)	5
Ensino politécnico e universitário	10

c) **Trabalho contratado em 2018 = 28 8852,76 €;**

d) **Disponível para consulta no Arquivo digital do GRUPO CERTIBEI.**

Indicador 6.4: Segurança e saúde no trabalho =

a) Registos: organização dos serviços SST; avaliação de riscos profissionais; seguro de acidentes de trabalho; formação; fichas de aptidão e procedimentos de segurança dos trabalhadores que actuam na área aderente;

b) N.º acidentes ocorridos com pessoal próprio ou com subcontratados que actuam na área aderente.

Meta: Diminuir tanto quanto possível o n.º de acidentes de trabalho

Valor calculado / Registo para o Grupo:

a) **Disponível para consulta no Arquivo digital do GRUPO CERTIBEI;**

b) **0 acidentes de trabalho.**

Indicador 6.5: Conservação de locais de valor cultural = Tipo e n.º de locais de valor cultural

Meta: Preservação dos valores culturais existentes.

Valor calculado / Registo para o Grupo: **14 locais de valor cultural**

ADERENTE	SITIO	CONCELHO	TIPO
CPC	Vale da Pereira	Vila Velha de Rodão	Vestígios Diversos
	Vale da Pereira		Sepultura
	Fonte dos Ratinhos		Necrópole
	Terra da Quinta		Mamoas
	Vale da Pereira		Habitat
	Barroca do Pontão		Conheira
	Fonte dos Ratinhos		Arte Rupestre
GOTAGRI	Monte Fidalgo	Castelo Branco	Nora
			Minas de Água (3)
CAHC	Coqueiro	Avis	Igreja Sra. Mãe dos Homens
MAIEQUIPA	Praço Real	Celorico da Beira	Sepultura

## ANEXO III – MODELOS DE SILVICULTURA DO GRUPO

**Eucalipto (*Eucalyptus globulus*)**

É uma espécie de rápido crescimento e que se adapta bem a uma grande variedade de situações edafo-climáticas. Em Portugal, as regiões litorais centro e norte e a região oeste apresentam condições óptimas para o seu desenvolvimento. Assim, e referindo-nos a situações climáticas ideais, a espécie vegeta bem em zonas onde a temperatura média anual ronde os 12<sup>o</sup> C, as temperaturas muito baixas e as geadas são um factor limitante ao seu desenvolvimento. As precipitações anuais devem ser superiores a 700 mm uniformes ao longo do ano, se as plantas forem sujeitas a stress hídrico tornam-se mais debilitados ficando assim sujeitos a ataque de pragas e doenças. No que respeita aos solos, o eucalipto não é muito exigente quanto ao tipo de solo, no entanto os melhores crescimentos observam-se em solos argilosos, siliciosos, soltos e profundos, serão de evitar solos com problemas de encharcamento e má drenagem.

**EC1 - Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, cujo objectivo principal é a produção de lenho para trituração.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	Quando realizada a partir de meados de Fevereiro, a plantação é mais homogénea e com menores custos, mas o sistema radicular pode não estar totalmente desenvolvido no verão. No início do Outono, permitindo um bom desenvolvimento radicular mas expondo a geadas e encharcamentos. Densidade inicial: 1100 a 1400 árvores/ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	A realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo, com o objectivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação, completar com mondas à volta das árvores mais pequenas.
<b>Aos 14 e 26</b>	<b>Adubação de Manutenção</b>	A fazer ao longo da vida do povoamento e também consoante as carências existentes na estação em causa. Geralmente é efectuada aquando a selecção de varas.
<b>Aos 14 e 26</b>	<b>Seleção de Varas (2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> rotação)</b>	Escolher, cerca de dois anos após o corte, as varas que deverão ficar até ao fim da revolução. Conveniente deixar 1 a 3 varas por toça, escolhidas de entre as mais vigorosas, para compensar eventuais perdas. A época de corte recomendável é o período de repouso vegetativo, pois minimiza a mortalidade das toças. Devem sobretudo ser evitadas as épocas húmidas e quentes, pelo risco de surgirem fungos.
<b>Aos 12, 24 e 36</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.



**Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)**

É uma espécie de elevada rusticidade e intolerante ao ensobrimento. Em Portugal, é a espécie resinosa autóctone com maior representatividade. O Pinheiro bravo vegeta bem em zonas onde a temperatura média anual ronde os 13 a 15<sup>o</sup> C, em termos de altitude, o seu óptimo é a zona basal (até 400 m), começando sofrer algumas limitações a partir dos 800 m. Vegeta melhor em zonas com precipitações médias anuais não inferiores a 800 mm com pelo menos 100 mm na estação seca. No que respeita aos solos, o pinheiro bravo desenvolve-se melhor em solos permeáveis e de textura ligeira, apresentando grande susceptibilidade à compactação do solo.

**PB - Povoamento puro de Pinheiro bravo, cujo objectivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>2-3</b>	<b>Aproveitamento da Regeneração Natural</b>	É um método bastante usado em povoamentos de pinheiro bravo, no entanto, o sucesso do mesmo depende em muito das características da estação e do povoamento a regenerar.
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas seleccionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado em Portugal, em linhas, entre Outubro e Novembro. Densidade inicial: entre 1300 e 1700 plantas por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Realizar com o objectivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o risco de incêndio. Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directa com as plantas jovens, executar manualmente nas linhas de plantação e mecânica ou manual nas entrelinhas.
	<b>Limpeza do Povoamento</b>	Realizada com o objectivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
<b>Aos 15 e 20</b>	<b>Desramação</b>	Tem como objectivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores seleccionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções.
<b>Aos 20, 30 e 40</b>	<b>Desbaste</b>	Permite a obtenção de receitas intermédias e selecção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover as árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
<b>47</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento.

**Sobreiro (*Quercus suber*)**

É uma espécie autóctone de meia-luz, termófila, xerófila e resiste bem á secura estival. O sobreiro vegeta bem em zonas onde a temperatura média anual óptima é de 15 a 19<sup>o</sup> C, os valores adequados de precipitação situam-se entre os 600 e 800 mm, não resistindo muito bem a zonas com precipitações inferiores a 400 mm. É uma espécie muito sensível às geadas.

No que respeita aos solos, o sobreiro desenvolve-se bem em todo o tipo de solos, com excepção aos demasiado argilosos e que apresentam hidromorfismo acentuado.

**SB1 - Povoamento puro de Sobreiro, cujo objectivo principal é a produção de cortiça e lenho como produto secundário.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>2-3</b>	<b>Aproveitamento da Regeneração Natural</b>	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável ou no caso de existir pastoreio de gado. O sucesso depende das características da estação
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas melhoradas. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 400 e 700 árvores por ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Tem como objectivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protector da vegetação acompanhante.
<b>7</b>	<b>Desramação</b>	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efectuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
<b>Aos 14 e 36</b>	<b>Poda de Formação</b>	Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3 m, não retirando mais de 30 % da copa viva, com o objectivo de promover o crescimento dum fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada. Em sobreiros adultos, restringir à supressão de ramos.
<b>30</b>	<b>Desbóia</b>	O PAP (perímetro do tronco a 1,3 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descortiçamento não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor.

<b>A partir dos 40</b>	<b>Descortiçamentos</b>	Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descortiçamentos é de 9 anos.
	<b>Poda de Manutenção</b>	Efectua-se com objectivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. Efectuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento.

### **Azinhreira (*Quercus rotundifolia*)**

É uma espécie autóctone de meia-luz, sendo a folhosa mais rústica em Portugal regenerando muito bem no sob coberto de matos. A azinhreira resiste bem às temperaturas elevadas e ao frio, os valores adequados de precipitação situam-se entre os 250 aos 1500 mm, sendo pouco exigente em humidade e bastante resistente à secura estival.

Desenvolve-se bem em todo o tipo de solos, mesmo os mais pobres e esqueléticos.

**AZ - Povoamento puro de Azinhreira, cujo objectivo principal é a produção de fruto, lenha e/ou lenho, em alto fuste.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>2-3</b>	<b>Aproveitamento da Regeneração Natural</b>	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável ou no caso de existir pastoreio de gado. O sucesso depende das características da estação
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. A efectuar no período de repouso vegetativo. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas seleccionadas. Densidade inicial: entre 400 e 800 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directamente com as jovens plantas. Controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protector da restante vegetação acompanhante.
<b>9</b>	<b>Desramação</b>	Efectuar nas plantas com tendência para ramificar e que tenham porte arbustivo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da planta.
<b>A partir dos 38</b>	<b>Podas de Manutenção</b>	Com objectivos sanitários ou de favorecimento da frutificação. A realizar em média de 10 em 10 anos, não cortar mais de 30% da copa viva.

**Pinheiro manso (*Pinus pinea*)**

É uma espécie de luz, distribuindo-se de norte a sul de Portugal, embora se concentre maioritariamente a sul do Tejo.

O pinheiro manso apresenta exigências específicas em relação à temperatura, no entanto vegeta bem com temperaturas médias anuais na ordem dos 10 a 18<sup>o</sup> C. No que diz respeito à precipitação suporta 2 a 4 meses secos e 300 aos 1500 mm de precipitação anual.

Desenvolve-se melhor em solos profundos e de textura franco-arenosa, sendo muito sensível à compactação do solo.

**PM1 - Povoamento puro de pinheiro-manso, para produção de lenho e fruto.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	A qualidade do material a instalar é fundamental, devendo-se usar plantas da região de proveniência mais adequada e que respeitem os critérios da legislação. Para produção de fruto, o compasso deve ser definitivo, pois recorre-se à enxertia para obtenção precoce de melhores frutos. Densidade: 500 a 600 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Tem como objectivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directa com as jovens plantas. Executar manualmente nas linhas de plantação.
<b>Aos 9, 13 e 21</b>	<b>Desramação</b>	Realiza-se com o objectivo de subir a copa e aumentar a frutificação (aproximando-se das podas). Contribui para a diminuição do risco de incêndio, em particular dos fogos de copas. Nas árvores em frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas, para redistribuir a água e nutrientes pelos ramos mais altos e produtivos.
<b>Aos 21 e 36</b>	<b>Desbaste</b>	Os povoamentos de produção de fruto devem ser desbastados para facilitar o desenvolvimento das copas.
<b>A partir dos 25</b>	<b>Colheita de pinhas</b>	Consiste na colheita das pinhas anualmente a partir dos 25 anos até aos 80 anos, sendo esta operação regulamentada pelo <b>Despacho n.º 5635/2010</b> publicado no Diário da República n.º 61, Série II, de 2010-03-29 - Parte C.
<b>36</b>	<b>Poda de Manutenção</b>	Consiste em cortar os ramos que não produzem flores femininas, favorecendo a produção de fruto, redistribuindo a água e nutrientes pelos ramos mais produtivos.
<b>Entre os 80 e 100</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade

**Pinheiro larício (*Pinus nigra*)**

Espécie mediterrânica de montanha, compreende duas variedades: a *corsicana* e a *calábrica*. É uma espécie de meia-luz, muito robusta e de grande plasticidade. Em Portugal tem sido fomentada a Norte do Tejo, entre os 400-1600 m de altitude. Suporta precipitações da ordem dos 600-650 mm anuais embora tenha melhor desenvolvimento a partir dos 800 mm. Resistem bem aos ventos e às geadas primaveris.

**PL - Povoamento puro de puro de Pinheiro larício, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (H-dom)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>Instalação (0)</b>	<b>Regeneração natural</b>	É o método selecionado se a regeneração for abundante e de qualidade, porque pressupõe menores custos. Opta-se por cortes sucessivos uniformes ou em manchas circulares.
	<b>Sementeira</b>	Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. A realizar no período de repouso vegetativo.
	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado entre nós. Em linhas, entre Outubro e Novembro. Densidade recomendada de 1600 plantas por hectare.
	<b>Limpeza de matos</b>	Nos povoamentos resultantes de plantação, realizar em redor das plantas nos primeiros 2 a 3 anos. A efetuar manualmente nas linhas de plantação.
<b>HDom = 12m</b>	<b>1º. Desbaste</b> <b>1ª. Desramação</b>	Realizar desbaste pelo baixo. Nos povoamentos de plantação deixar cerca de 1000 plantas por hectare. Fazer uma pré-seleção de árvores de futuro (400-500). Realizar esta operação nas árvores pré-escolhidas. Desramar cerca de 1/3 da altura para melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo
<b>HDom = 15m</b>	<b>2º. Desbaste</b>	Realizar desbaste pelo baixo. Nos povoamentos de plantação deixar cerca de 700 plantas por hectare
<b>HDom = 18m</b>	<b>3º. Desbaste</b>	Realizar desbaste pelo baixo. Nos povoamentos de plantação deixar cerca de 500 plantas por hectare fazer a escolha de árvores de futuro (300-400).
	<b>2ª. Desramação</b>	Realizar esta operação nas árvores pré-escolhidas. Desramar cerca de 1/3 da altura para melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo
<b>HDom = 21m</b>	<b>4º. Desbaste</b>	Realizar desbaste pelo baixo. Nos povoamentos de plantação deixar cerca de 400 plantas por hectare.
<b>HDom = 24m</b>	<b>5º. Desbaste</b>	Realizar desbaste pelo baixo. Nos povoamentos de plantação deixar cerca de 300 plantas por hectare.

<b>HDom = 25 - 27m</b>	<b>Corte Final</b>	A realizar quando atingido o termo de explorabilidade absoluto.
----------------------------	--------------------	---

**Pinheiro-radiata (*Pinus radiata*)**

Espécie pouco exigente dom ponto vista edafo-climático possui rápido crescimento. Espécie de crescimento muito rápido, pode atingir, em solos adequados, crescimentos de 1,2 a 2,4 metros por ano. Com 15 anos, podem atingir diâmetros de 24cm. e 16 metros de altura. Aos 20 anos, 30cm. de diâmetro e 20 metros. Dimensões em adulto: Altura até 50 metros, largura até 15 metros. Resiste a temperaturas negativas (até – 15°C). Preferencialmente deve ter boa exposição solar.

**PR - Povoamento puro de Pinheiro radiata, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>Instalação (0)</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Plantação a compassos apertados com plantas em contentor.
<b>Entre 2-5</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas.
<b>Entre os 5-10</b>	<b>Desramação</b>	Quando o povoamento for de baixa densidade, é necessário realizar desrama artificial. Desramar até 1/3 da altura das árvores. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base.
<b>Entre os 8-10 e 15-18</b>	<b>Desbaste</b>	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores (aproximadamente nas idades indicadas)
<b>Entre os 20-25</b>	<b>Corte de realização</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento

**Cipreste comum (*Cupressus sempervirens*)**

É uma espécie com temperamento termófilo, sendo que em idades mais avançadas não suporta muito ensombramento. É bastante resistente ao frio e à secura estival, suportando temperaturas entre os -10 e 42<sup>o</sup> C. No que diz respeito á precipitação suporta estações com 200 mm de precipitação média anual, sendo o seu óptimo de desenvolvimento em zonas com 800-1000 mm/ano.

Suporta bem solos pobres, esqueléticos e rochosos, não tolerando muito bem o encharcamento.

**CP - Povoamento puro de Cipreste comum, cujo objectivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	A realizar durante o período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1100 a 1600 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>RetanCHA</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directamente com as plantas jovens. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
<b>Entre os 6 e 10</b>	<b>Limpeza do Povoamento</b>	Realizada com o objectivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
<b>Aos 10, 16 e 22</b>	<b>Desramação</b>	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.
<b>25</b>	<b>Desbaste</b>	A realizar pelo baixo, numa só operação, entre os 20 e os 30 anos, retirando 30 a 40% das árvores, para que a densidade final seja de 600 a 800 árvores por hectare.
<b>65</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento

**Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*)**

Espécie de meia-luz, rústica mas exigente em água, e de crescimento rápido. O seu enraizamento é frequentemente superficial. Em Portugal nos primeiros 5 anos o crescimento é lento, adquirindo maior intensidade nos anos seguintes. Em Portugal tem sido usada sobretudo na arborização das serras do Norte e Centro de Portugal, a partir dos 700 m de altitude. As zonas mais favoráveis à sua expansão coincidem em larga medida com as do castanheiro. A pseudotsuga apresenta ótimos crescimentos quando a precipitação média anual se situa entre 800-1200 mm, mesmo que não se distribua regularmente ao longo do ano. é extremamente sensível ao vento, pelo que se devem evitar estações expostas a vento. Também é sensível às geadas especialmente as geadas tardias.

- **PSD - Povoamento puro de Pseudotsuga, cujo objetivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	Instalação	- Plantação a compassos apertados com plantas de contentor.
2-10	Limpeza de mato	- Quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as jovens plantas.
2-10	Eliminação de matos lenhosos	- Quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa.
10-15	Limpeza do Povoamento	- Reduzir a densidade usando um critério seletivo, removendo árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente).
10-15	Desramação	- Realizar a operação nas árvores pré-escolhidas como árvores de futuro (200-300 árv/ha). Desramar cerca de 1/3 da altura das árvores.
20-30		Realizar a operação nas árvores pré-escolhidas como árvores de futuro (150-220 árv/ha). Desramar cerca de 1/3 da altura das árvores.
20-30 30-40 40-50	Desbastes	- Desbaste seletivo pelo alto misto, sendo o último (40-50 anos) desbaste seletivo pelo baixo. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores.



60-70	Corte de realização	- Corresponde ao termo de explorabilidade (55 a 65 anos) correspondendo à obtenção da receita principal.
-------	---------------------	--

**Castanheiro (*Castanea sativa*)**

O Castanheiro é uma árvore que se adapta facilmente a diversos tipos de clima e altitude ocorrendo desde altitudes baixas até ao cimo das montanhas, apesar de haver uma preferência por altitudes entre os 400 e 1000 metros (por vezes mais), climas sub-atlânticos, sem temperaturas abaixo dos 15º negativos e solos ligeiramente ácidos.

**CT1 - Povoamento puro de Castanheiro em alto fuste, cujo objetivo principal é a produção de lenho**

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
<b>Instalação (0)</b>	<b>Regeneração natural</b>	Em povoamentos já instalados é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável ou no caso de existir herbívora. O sucesso depende das características da estação
	<b>Sementeira</b>	A realizar no período de repouso vegetativo. Não é viável quando existe o risco das sementes serem consumidas por animais. A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos.
	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas (resistência à doença da tinta). Em solo mobilizado profundamente. Recomenda-se a plantação no período Outono/Inverno, na queda das folhas. Densidade inicial: 800 a 1200 árvores por hectare
<b>Entre os 2 - 4</b>	<b>Limpeza da vegetação herbácea</b>	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente nas linhas de plantação, antes da rebentação.
<b>Entre os 3 - 12</b>	<b>Poda de formação</b>	Para garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar, nas plantas mais possantes e bem conformadas, bem distribuídas no povoamento, até as árvores terem um DAP de 20 cm e por forma a assegurar cerca de 400 árvores bem conformadas por hectare. Intervenções frequentes, reduzindo progressivamente o número de plantas podadas.

<b>Entre os 5 - 6</b>	<b>Rolagem</b>	Realizar seletivamente sobre plantas mal conformadas, com porte arbustivo, quando o respetivo sistema radicular esteja devidamente instalado e antes da rebentação primaveril.
<b>Entre os 8 - 23</b>	<b>Desramação</b>	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Faz-se através de 2 a 4 passagens sucessivas e intervaladas. Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total da árvore. Deve ser precedida de uma pré-seleção de árvores de futuro, em número não superior a 300 por hectare, que serão sujeitas a esta operação.
<b>Entre os 13 - 40</b>	<b>Desbastes</b>	Seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto misto. Com o aproximar do corte final o desbaste deve ser pelo baixo e com o cuidado de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural, deixando no povoamento 140 a 250 árvores por hectare.
<b>Entre os 40 - 50</b>	<b>Corte de realização</b>	Se o objetivo for aproveitar a regeneração natural a modalidade de corte raso pode não ser a mais indicada, podendo privilegiar-se os cortes sucessivos, ou uma modalidade de corte com reservas (15 a 20 árvores por hectare, para preservar árvores velhas que desenvolvam cavidades para abrigo da fauna).

### **Carvalho americano (*Quercus rubra*)**

É uma espécie medianamente tolerante à sombra nas primeiras idades, tornando-se posteriormente muito intolerante, e com crescimento rápido.

Na sua área de origem encontra-se em zonas com temperatura média anual variando entre os 4 e mais de 15º C, suportando bem o frio, as geadas tardias e o calor, a precipitação média anual deverá variar entre os 650 e 2000 mm.

É uma espécie que se desenvolve em qualquer tipo de solo, no entanto, devem-se evitar as zonas alagadiças.

#### **CR - Povoamento puro de Carvalho americano, cujo objectivo principal é a produção de lenho.**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	A realizar durante o período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1500 a 1800 árvores por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	Efectuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência directamente com as jovens plantas. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de

		plantação.
<b>7</b>	<b>Limpeza do Povoamento</b>	Realizada com objectivo de reduzir a densidade do povoamento a menos de 1400 plantas por hectare, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
<b>16</b>	<b>Poda de Formação</b>	Realizada com objectivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação.
<b>Aos 19 e 23</b>	<b>Desramação</b>	Podem ser realizadas em simultâneo com as podas de formação, até 1/3 da altura total.
<b>Aos 16, 31 e 46</b>	<b>Desbaste</b>	Deverão ser efectuados desbastes, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento em cada operação.
<b>62</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento

### Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*)

É uma espécie de meia-luz e de crescimento lento., sendo autóctone em Portugal. Exige precipitações médias anuais superiores a 500 mm, ultrapassando por vezes os 2000 mm. A temperatura média anual de varia entre os 5-16 °C, suportando bem o frio.

É uma espécie que vegeta em todo o tipo de solos, excepto os solos derivados de serpentinitos ou anfibolitos, ou com calcário activo. Prefere solos siliciosos, puros ou com argila, graníticos, gneissicos e silico-arenosos

#### **CN - Povoamento puro de Carvalho negral, cujo objectivo principal é a produção de lenho.**

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas seleccionadas. A realizar no Outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: 800 a 1100 árvores/ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
<b>1</b>	<b>RetanCHA</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	A realizar quando a vegetação infestante entra em concorrência directamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação.
<b>Aos 6 e 9</b>	<b>Poda de Formação</b>	Realizada com objectivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no

		povoamento, até um máximo de 400 por hectare.
<b>Aos 12 e 18</b>	<b>Desramação</b>	Realizadas com o objectivo de melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo. Suprimem-se os ramos de baixo para cima em 2 operações sucessivas, espaçadas no tempo. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total.
<b>Aos 22, 35, 48 e 74</b>	<b>Desbaste</b>	Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes selectivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes selectivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural,
<b>120</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento

### **Freixo (*Fraxinus angustifolia*)**

É uma espécie ripícola de meia-luz, surgindo principalmente nas margens dos cursos de água, sendo de crescimento rápido. Aconselha-se a sua utilização em zonas com precipitação superior a 800-900 mm, no entanto pode ser implementado em zonas mais desfavoráveis, desde que se trate de solos bem abastecidos de água, é muito sensível às geadas tardias.

A plantação de freixos deve ser efectuada em solos de terrenos ripícolas ou profundos, bem drenados uma vez que esta espécie não tolera o encharcamento prolongado.

#### **FR – Povoamento puro de Freixo, para produção de lenho;**

<b>Momento de Intervenção (Anos)</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Descrição da intervenção</b>
<b>0</b>	<b>Plantação</b>	É aconselhável em solos fundos, ligeiros, férteis e frescos, de pH próximo de 7 e textura franca. Especialmente indicada para terrenos agrícolas abandonados e terrenos ribeirinhos. Instalação de 800 a 1000 plantas por hectare, a efectuar no período de repouso vegetativo. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
<b>1</b>	<b>Retanchar</b>	Consiste na reposição das árvores mortas
<b>Entre 1-10</b>	<b>Limpeza de Mato</b>	São muito sensíveis à concorrência das plantas espontâneas nas primeiras idades. Limpeza manual nas linhas de plantação, antes da rebentação, enquanto a altura média das árvores variar entre 1 e 6 metros. Realizar até as plantas deixarem de correr o risco de serem dominadas pela vegetação espontânea. Em faixas e/ou mecânica ou manualmente, junto às plantas.

<b>15</b>	<b>Poda de Formação</b>	Realizada com objectivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas melhores árvores (vigorosas e bem conformadas), no máximo de 400 por hectare, bem distribuídas no terreno.
<b>Aos 18 e 22</b>	<b>Desramação</b>	Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total; na primeira passagem desrama-se até 2 a 3 m de altura
<b>30</b>	<b>Desbaste</b>	Deverá ser efectuado um desbaste pelo baixo, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento
<b>60</b>	<b>Corte Final</b>	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento

### Folhosas Ripícolas

As folhosas ripícolas (galerias ripícolas) representam importantes espaços para o equilíbrio dos ecossistemas. Têm funções de regularização do regime hídrico (particular papel na quebra de violência nas cheias), interesse económico na produção de madeira, são barreiras contra-fogo (dada a sua difícil combustão), tornando-se assim bastante importantes nos espaços agro-florestais. Representam ainda um papel fundamental de nicho à fauna silvestre, contribuindo para o aumento da biodiversidade. As folhosas ripícolas, albergam várias espécies vegetais arbóreas e sub-arbóreas. Entre os estratos arbóreos, contam-se os Choupas, os Freixos e os Amieiros, ao nível do estrato sub-arbóreo existem Salgueiros e Vimeiros

Sendo estas áreas consideradas fundamentais na conservação e protecção ao nível dos recursos hídricos assim como na fauna e flora, o modelo de silvicultura apresentado de seguida contempla apenas as operações silvícolas mínimas a executar nestes locais.

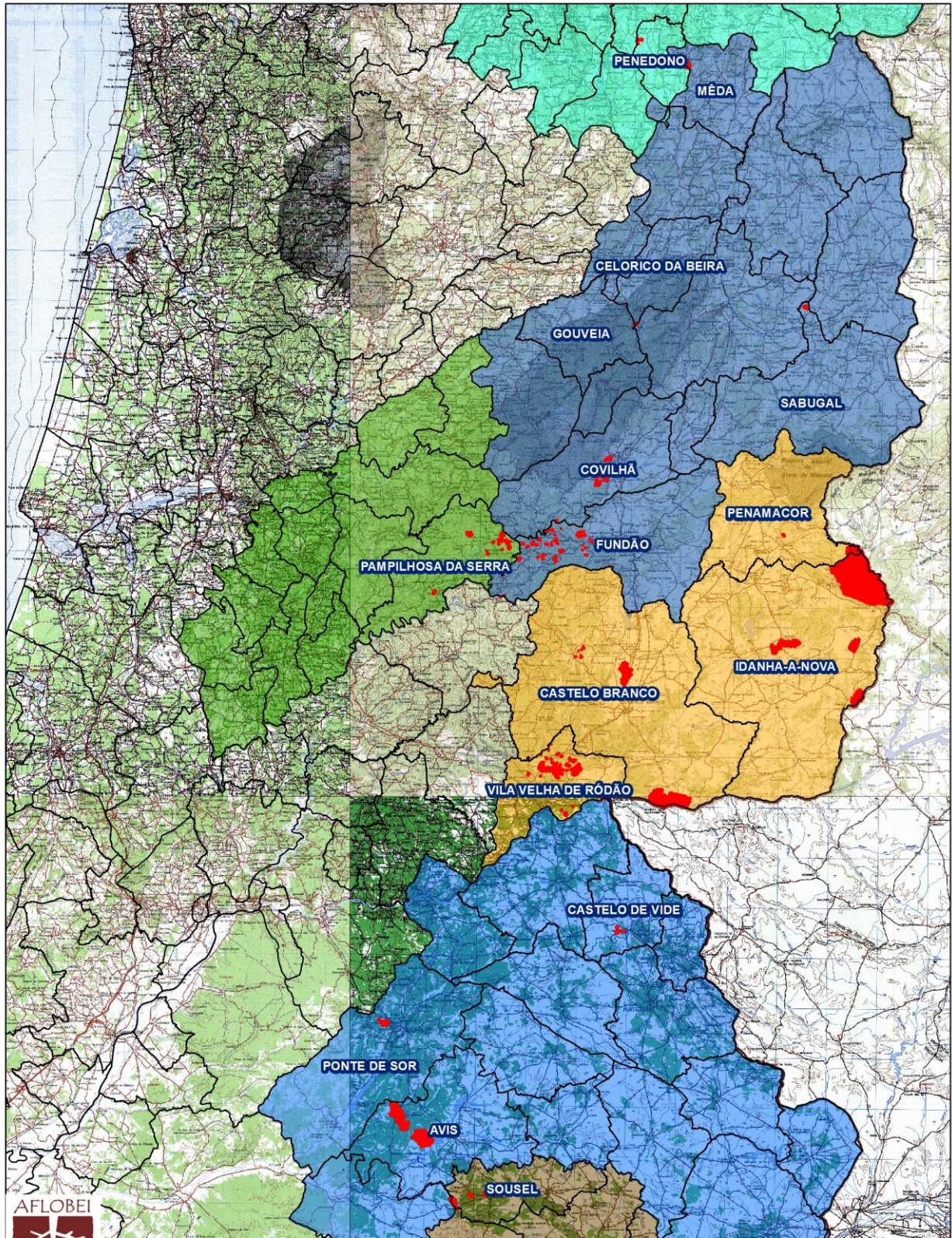
**Folhosas ripícolas** – Folhosas adjacentes a linhas de água em que o objectivo principal é protecção/conservação.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
<b>De 5 em 5 anos</b>	<b>Desramação e podas ligeiras; Corte de ramos secos; Corte de matos</b>	É aconselhável efectuar operações de limpeza de ramos pendentes nas margens, limpeza total da vegetação heliófila e limpeza de mato manual, desobstruindo o leito das linhas de água.



**ANEXO IV – CARTOGRAFIA:**

- LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ADERENTE;
- ÁREAS PROTEGIDAS, SÍTIOS CLASSIFICADOS E OUTROS ÓNUS DE INTERESSE PARA A GESTÃO.

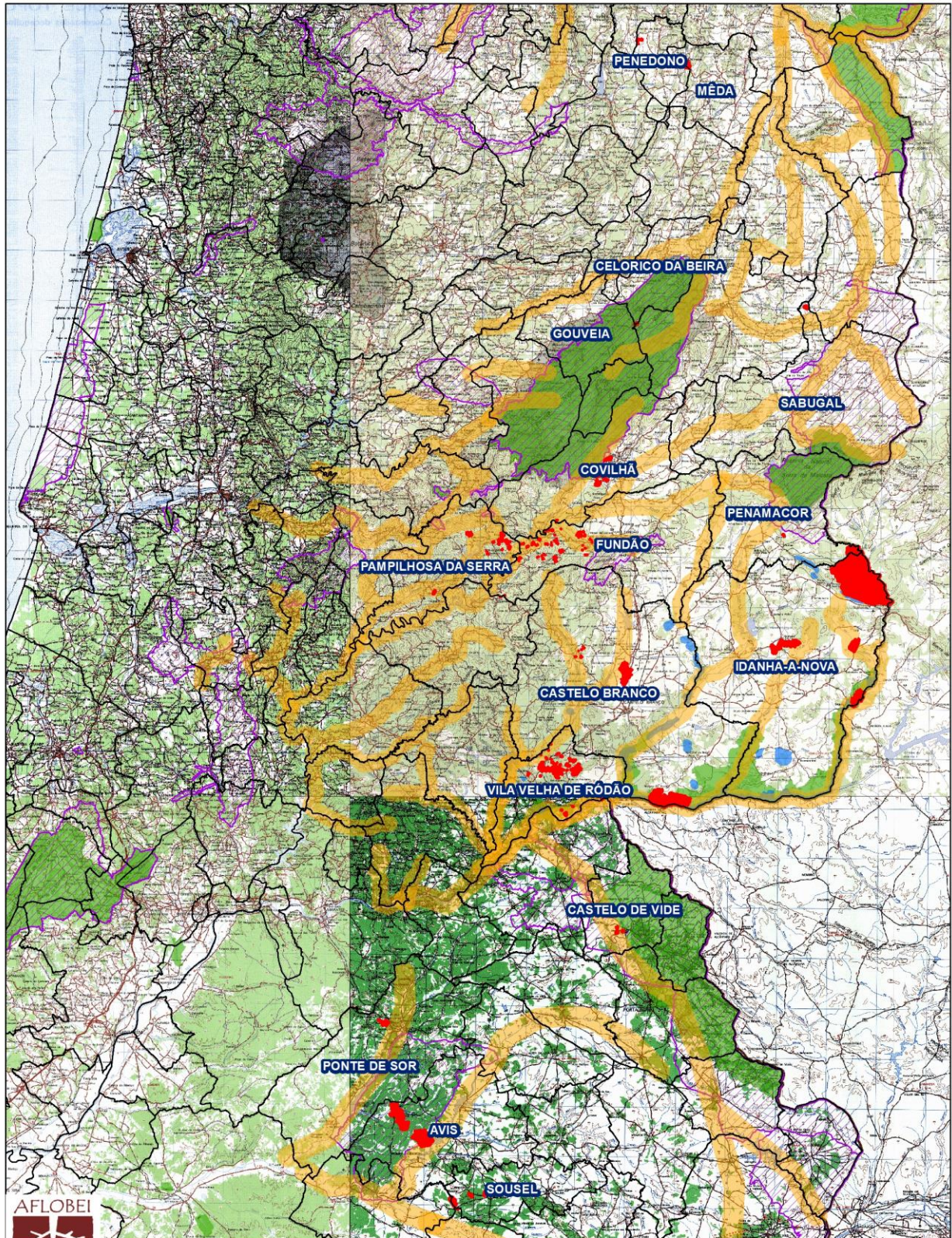


Associação de  
Produtores  
Florestais  
da Beira Interior



**ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO  
GRUPO CERTIBEI**





Associação de  
Produtores  
Florestais  
da Beira Interior



**ÁREAS PROTEGIDAS, SÍTIOS CLASSIFICADOS  
OUTROS ÔNUS DE INTERESSE PARA A GESTÃO  
GRUPO CERTIBEI**

